

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.196 - RJ (2019/0010252-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : MESQUITA MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO : ANDREA DE ALMEIDA RIBEIRO - RJ198355

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, em 25/06/2018, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. COBRANÇA DE VERBAS CONTRATUAIS. INADIMPLEMENTO. PRESCRIÇÃO PARCIAL. RECONHECIMENTO DE DÉBITO ATÉ O MOMENTO DE TURBAÇÃO DO IMÓVEL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Trata-se de ação movida pela União Federal através da qual objetiva o recebimento de prestações referentes ao uso de imóvel público de fevereiro de 1997 a dezembro de 2000, que totalizariam R\$50.491,78 (cinquenta mil, quatrocentos e noventa e um reais e setenta e oito centavos), tendo o Juízo *a quo* reconhecido o direito apenas em relação ao período de 23/10/1997 a 19/11/1997.
2. Apelação da ré não conhecida. A sua intempestividade compromete requisito extrínseco de admissibilidade recursal.
3. Para fins de definição do marco inicial, acertou o Juízo *a quo* ao reconhecer que estão prescritas as parcelas que antecederam em mais de 5 (cinco) anos à distribuição da presente ação.
4. Quanto ao marco final, o Juízo sentenciante compreendeu que a turbacão ocorrida em 20/11/1997 'prejudicou de tal forma o uso do bem pelo particular, que pode ser seguramente caracterizada como revogacão tácita do ato de cessão pela Administraçao. Em assim sendo, tenho que, a partir de entao, a exigencia do pagamento das prestações mensais deixou de ser devida'.
5. A União Federal considera como marco final para a dívida a data de dezembro de 2000, quando o imóvel foi alienado a terceiros, sem, contudo, comprovar que a ré utilizou o mesmo até então.
6. Deve ser prestigiada a sentença recorrida.
7. Apelação da ré não conhecida. Apelação da União Federal conhecida e desprovida" (fl. 310e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 177 do Código Civil de 1916, 206, §3º, V e 2.028 do Código Civil de 2002, sob os seguintes fundamentos:

"A ação foi proposta pela extinta RFFSA, pessoa jurídica de direito

privado (sociedade de economia mista), que durante sua existência sujeitava-se ao direito civil e ao direito empresarial. A natureza da pretensão não foi alterada pelo ingresso da UNIÃO no curso do feito, por força do art. 2.º da Lei n.º 11.483/2007, em razão da extinção da RFFSA.

O prazo prescricional, *in casu*, iniciou sob a égide do art. 177 do Código Civil de 1916; após 11.03.2003, passou a ser regido pelo art. 206, 3.º, V, c/c art. 2.028 do Código Civil de 2002.

(...)

Não há lugar, portanto, para a aplicação, 'em virtude do princípio da isonomia' (Sentença, fl. 208), disposição do art. 1º do Decreto n.º 20.910/1932, que institui o lustro prescricional em favor da Fazenda Pública.

Remanesce íntegra a pretensão à cobrança das prestações vencidas e não pagas relativas aos meses de FEVEREIRO/1997 a SETEMBRO/1997" (fls. 318/319e).

Por fim, requer o conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 325e).

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 330/332e), foi interposto o presente Agravo (fls. 334/337e).

Não foi apresentada contraminuta (fl. 340e).

A irresignação não merece prosperar.

Cabe destacar que o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos artigos 177 do Código Civil de 1916, 206, §3º, V e 2.028 do Código Civil de 2002. Ressalte-se que a parte recorrente sequer opôs os Embargos Declaratórios cabíveis, para que o Tribunal de origem se pronunciasse sobre o teor da respectiva tese. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o recurso especial, incidindo o teor da Súmula 282 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. TRIBUTÁRIO. FUNRURAL. LEGITIMIDADE PARA PLEITEAR A RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECOLHIDOS. PRODUÇÃO DE PROVAS, PARA ESSE FEITO, QUE TERIA SIDO POSTERGADA PARA A FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ÓBICE DAS SÚMULAS 282/STF E 356/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A INEXISTÊNCIA DE REPASSE DO RESPECTIVO

ENCARGO FINANCEIRO AO PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. **O recurso especial não merece ser conhecido em relação a questão que não foi tratada no acórdão recorrido, sobre a qual nem sequer foram apresentados embargos de declaração, ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF, por analogia).**

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 968.202/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2016).

Além disso, constou do acórdão recorrido que "a União Federal foi incapaz de apresentar qualquer argumento capaz de afastar a reconhecida prescrição, sendo certo que os documentos por ela indicados às fls. 35, 40, 42 não passam de cartas convocando a ré 'para requerer junto à RFFSA a regularização da ocupação do imóvel'" (fl. 308e).

Desse modo, a modificação das conclusões do Tribunal de origem demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora